



COPO MEIO CHEIO, OU MEIO VAZIO!

Como economia se comporta no Brasil diante da conjuntura desafiadora.
Por Ranulfo Vidigal, **página 2**



SEGUE TUDO IGUAL COM JUROS DE 15%

Aplicações financeiras rendem mais do que iniciativas produtivas.
Por Aldo Gonçalves, **página 2**



A LENTA AGONIA DO DÓLAR

Pesquisadora Monica De Bolle destaca questões políticas e geopolíticas.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Incentivo fiscal vai triplicar para socorrer setor químico

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou que o Governo Federal pretende elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano.

Segundo Alckmin, a medida será formalizada na próxima semana, por meio de uma medida provisória (MP) e de um projeto de lei complementar que o Palácio do Planalto encaminhará ao Congresso Nacional, em regime de urgência.

“Na próxima semana, o presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] deve fazer dois atos importantes para fortalecer a indústria química e garantir o emprego”, anunciou Alckmin ao se reunir com representantes do setor, sindicalistas e políticos, na tarde de terça-feira (3), em Brasília.

“Com isso, o regime, que já tem R\$ 1 bi previstos no orçamento deste ano, passará para R\$ 3 bilhões”, acrescentou Alckmin, referindo-se ao programa de incentivo fiscal criado para reduzir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas de tributos federais como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o PIS/Pasep (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

“[O fortalecimento do Reiq] é importante, pois estimula a manutenção dos empregos, o crescimento e a competitividade da indústria química”, destacou o ministro, assegurando que o objetivo da medida é estimular investimentos e impulsionar a competitividade nacional no setor, considerado estratégico.

A ampliação dos incentivos fiscais é uma primeira resposta às súplicas de lideranças industriais, políticas e sindicais de regiões industriais, como Cubatão, na Baixada Santista, em São Paulo. Conforme a Agência Brasil noticiou, em meados de janeiro, o prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), tornou público que pediria ajuda ao Governo Federal para tentar conter o esvaziamento daquele que já foi um dos mais importantes polos industriais do país.

O pedido foi feito após duas fábricas que operavam na cidade há décadas encerrarem parte de suas operações locais. **Página 3**

Senado instala comissão para apurar fraudes do Banco Master

Grupo é criado em meio a pedidos de CPI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado instalou subcomissão para acompanhar as investigações relacionadas aos fatos e condutas atribuídas ao Banco Master.

A chamada Comissão do Banco Master terá 13 membros e será coordenada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), que afirmou que o caso se trata da maior fraude bancária da história brasileira.

“Diante da gravidade e da magnitude dos lesados, caso deve ser encarado de frente, doa a quem doer. Não haverá, desta Comissão

do Master, nenhuma retaliação absolutamente contra ninguém. Mas saiba qualquer senador ou deputado, que, em havendo culpa, também não haverá omissão desta comissão”, destacou o senador alagoano.

O colegiado foi instalado em meio a pedidos para instalação de CPIs sobre o escândalo do banco liderado pelo empresário Daniel Vercaro, com fraudes que poderiam chegar a R\$ 17 bilhões.

“Não vamos competir com CPI, não. O nosso trabalho será meramente complementar, porque, como vocês sabem, é com-

petência exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal fiscalizar o sistema financeiro”, disse Renan a jornalistas.

Segundo Renan, a comissão vai poder propor a quebra de sigilos bancários ou telefônico, visitar autoridades, realizar diligências e até mesmo convocar investigados e testemunhas.

Outro foco da investigação da Comissão do Banco Master da CAE será a tentativa de compra do Banco Master pelo Banco Regional de Brasília (BRB), instituição pública ligada ao governo do Distrito Federal (GDF).



Foto de Gov.br

Itaú, Santander e Citi fazem acordo com Fazenda sobre dívida de R\$ 3 bilhões

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) formalizou transações tributárias individuais com grandes instituições financeiras nas últimas semanas, encerrando litígios e dívidas que somavam R\$ 3,3 bilhões.

Desses, cerca de R\$ 2 bilhões eram referentes à cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que se prolongavam havia quase duas décadas. Um dos acordos foi feito junto ao Banco Santander, regularizando uma dívida de R\$ 1,5 bilhão; outro, firmado com o Citibank, quitou

um débito de cerca de R\$ 500 milhões. O Itaú negociou passivo de mais de R\$ 1 bilhão com a União.

A disputa judicial envolvia a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre receitas financeiras, além de lançamentos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais também regularizou débito superior a R\$ 200 milhões referente à incidência de PIS e Cofins sobre

receitas financeiras.

Com os acordos, as instituições reconhecem os débitos, efetuam o pagamento à vista do saldo pós-descontos e se comprometem a manter sua regularidade fiscal.

As negociações ocorreram no escopo do Programa de Transação Integral (PTI), que foi lançado em 2024. Entre janeiro e junho de 2025, o PTI resultou na regularização de 274 inscrições em dívida ativa da União. Em um balanço mais amplo, de janeiro a setembro de 2025, a Procuradoria foi responsável por recuperar R\$ 44,9 bilhões em créditos inscritos na dívida ativa da União.

Mounjaro dobra lucros da farmacêutica Eli Lilly

A farmacêutica norte-americana Eli Lilly obteve um lucro líquido de US\$ 20,640 bilhões em 2025, 94,9% a mais do que o resultado contabilizado 12 meses antes. As vendas do Mounjaro, tratamento contra a diabetes que é usado para perda de peso, cresceram para US\$ 22,965 bilhões, um aumento de 99%.

O Zepbound, novo tratamento injetável da Lilly para perda de peso, contribuiu com US\$ 13,542 bilhões, um aumento de 174,9%.

A receita do laboratório atingiu US\$ 65,179 bilhões, um aumento de 44,7%. Os Estados Unidos geraram US\$ 43,481 bilhões; a Europa, US\$ 11,558 bilhões; o Japão, US\$ 2,132 bilhões; e a China gerou US\$ 1,951 bilhões. O resto do mundo contribuiu com US\$ 6,057 bilhões de dólares.

No quarto trimestre, foram registrados lucros de US\$ 6,636 bilhões e faturamento de US\$ 19,292 bilhões. Esses números foram 50,5% e 42,6% superiores em comparação anual, respectivamente.

“2025 foi um ano importante para a Lilly. [...] Ampliamos nossa capacidade de fabricação e, graças ao nosso acordo com o governo dos Estados Unidos, abrimos novos caminhos para o acesso a medicamentos contra a obesidade”, afirmou o presidente e CEO do grupo, David Ricks.

Para 2026, a Eli Lilly prevê que as vendas se situem entre US\$ 80 e 83 bilhões. Os lucros por ação deverão ficar na faixa de US\$ 33,50 a 35.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,2588
Dólar Turismo	R\$ 5,4572
Euro	R\$ 6,2049
Iuan	R\$ 0,7600
Ouro (gr)	R\$ 845,54

ÍNDICES

IGP-M	0,41% (janeiro)
	-0,01% (dezembro)
IPCA-E	
	RJ (setembro) 0,55%
	SP (setembro) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

2026 e o copo meio cheio, ou meio vazio!

Por Ranulfo Vidigal

Uma variável crucial para qualquer análise de conjuntura se encontra no radar no tempo presente; me refiro ao “risco geopolítico”. Depois de Ronald Regan, nos anos 1980, concordo com a afirmativa de estudiosos das relações internacionais que consideram Donald Trump o representante mais bem preparado e audacioso do grande capital internacional e sua alta burguesia liderada pelo triunvirato – Big Oil, Big Finance e Big Techs – num contexto onde o capital financeiro solda todos os interesses em jogo.

A tarefa maior hoje é conter o expansionismo chinês e garantir a retomada da taxa de lucro – os grandes desejos e desafios da elite política no poder hoje do Estado americano. Para a América Latina, especificamente, temos a nova versão da colonialista Doutrina Monroe afirmada em documento da Casa Branca divulgado muito recentemente.

A investida contra a Venezuela, o Irã e a Groenlândia confirmam a tese de que dominar fontes de matérias primas, rotas marítimas e locais para bases de defesa militar são cruciais. Nesse contexto, em determinadas circunstâncias, o petróleo é

quase tão importante quanto o dinheiro e as armas no exercício do poder. Aliás, com o maior arsenal de guerra do planeta, os EUA querem expandir em 50% seu gasto militar este ano.

Diante dessa conjuntura desafiadora, como vem se comportando a atividade produtiva na terra da jabuticaba? Em primeiro lugar, temos que lembrar que o cenário internacional influencia nossa economia pelo comportamento da taxa internacional dos juros e do nível da liquidez, posto que captamos poupança externa para fechar nosso Balanço de Pagamentos.

Melhor dizendo, anualmente, o país envia valor/riqueza equivalente a 3% do PIB, na forma de lucros, dividendos, royalties, serviços e outros ganhos do capital forâneo aqui instalado. Outro fator, não menos importante é o ciclo de commodities (petróleo, alimentos, minério de ferro), dada nossa especialização produtiva.

Os dados do mercado de trabalho e as estatísticas oficiais trimestrais do IBGE mostram trajetórias divergentes nos últimos meses de 2025; entretanto, é razoável supor que vivemos uma inegável desaceleração cíclica da atividade produtiva na economia brasileira.

Trocando em miúdos, o ano de 2024 teve incremento do Produto Interno

Bruto de 3,4%, contra algo entre 2% e 2,3% ano passado e uma expectativa de expansão, para 2026, na faixa entre 1,5% e 1,8%. Basta ver o desempenho recente de estagnação do setor de serviços, responsável por mais da metade da medição do PIB nacional.

Na questão da empregabilidade, é razoável supor que a política monetária, ainda altamente restritiva, reflita futuramente na elevação da taxa de desocupação/desemprego, dos atuais 5,4% para o patamar em torno de 7%, ao final de 2026.

O juro altíssimo praticado pelo Banco Central fez a inflação desacelerar, mas o custo de vida continua alto, na comparação com a estrutura salarial praticada no país. O lucro alto se concentra no chamado capital parasitário e na exportação de produtos de origem extrativa. Pequenas e médias empresas vivem momentos aflitivos para vencer concorrência e compromissos.

Por outro lado, o desemprego baixo, na comparação internacional, se caracteriza por criação de vagas que pagam entre 1 e 1,5 salário mínimo, para profissionais de baixa/média escolaridade. Ou seja, a quantidade de vagas cresce, mas a qualidade do emprego, não. Entre 2015 e 2025, enquanto o estoque de emprego formal cresceu

10%, na ponta de alta precarização, as oportunidades e vagas nas plataformas digitais (Ifood etc.) cresceu, simplesmente, 170%, pelas contas do Dieese.

Também, pudera, predomina na gestão macroeconômica um consenso, ou camisa de força. Por um lado, o dogma das metas de inflação (irrealistas para um país com indexação e moeda não conversível internacionalmente) e do outro um corte seletivo e sistemático do gasto primário federal – aquele voltado a suprir os serviços públicos essenciais para as famílias brasileiras de renda baixa e classe média.

Como economia se comporta no Brasil diante da conjuntura desafiadora

Isso sinaliza uma necessidade de conter salários. Para comprovar essa afirmativa, basta ver a situação de nossas universidades públicas, bem como de hospitais e de parte da malha rodoviária pelo interior do país.

Nossa base produtiva é decadente, com uma indústria de transformação pouco diversificada e de baixo conteúdo tecnológico. Confirmando isso, a produtividade no setor caiu 23% nos últimos 30 anos pelos dados de *think tanks* que estudam o setor, re-

sultando num parque produtivo envelhecido e incapaz de competir internacionalmente.

Nosso setor de serviços é de baixa produtividade, e nosso agronegócio alia alta produtividade, com baixa absorção de força de trabalho. A contrapartida desse quadro é uma informalidade de 38% da força de trabalho ocupada pelos dados do IBGE.

A corrida comparativa entre Salário Mínimo (SM) Real e produtividade mostra uma enorme dianteira para a remuneração do trabalhador de base (6x1). Resumo da ópera: uma hora trabalhada no Brasil produz quaro vezes menos produto que a mesma hora trabalhada na Europa ou nos EUA. Mesmo assim, nosso SM é de parques 300 dólares!

A conjuntura internacional de tensão entre pedras tectônicas de grande envergadura econômica e tecnológica (EUA versus China), nos obriga a mudar este estado de coisas. Nosso parque produtivo precisa se robustecer, e nossa inserção internacional precisa centrar-se em maior complexidade industrial, inclusive modernizando nosso sistema industrial de Defesa Nacional. Nossas políticas industriais e de crédito ainda são tímidas.

Afinal, se nossa indústria cinematográfica consegue romper fronteiras e até ser

premiada em Los Angeles e Cannes, nos surpreendendo positivamente, por que nossos outros produtos e nossa inventividade não podem se firmar no cenário internacional?

Nesse contexto, seria interessante discutir, neste período eleitoral que se inicia, como nosso país pode virar o jogo e conviver com juros menos extorsivos e recuperar seu parque produtivo.

O campo liberal/conservador considera que o setor público, ao acelerar o gasto público (o gasto primário federal pulou de 16% do PIB, em 2002, para 19%, em 2024), pressiona a demanda agregada, permitindo juro alto e endividamento proibitivo.

Com o manejo da política monetária, os juros e encargos da dívida (de 9 % do PIB!) pressionam o orçamento, retiram recursos das políticas públicas de investimentos para a infraestrutura decadente do país e contribuem para a concentração da renda.

Nesse contexto, teremos uma eleição acirradíssima, onde a esquerda e o progressismo se mostram incapazes de mostrar força política para mudar esse quadro. O ano promete emoções. Observemos, pois!

Ranulfo Vidigal
é economista.

Segue tudo igual com juros de 15% ao ano

Por Aldo Gonçalves

No mundo em que vivemos, as empresas necessitam de consumidores para poderem ser recompensadas pelo esforço produtivo. Nesse sistema de transformação, agregação de valor e vendas, a ação dos agentes cria bem-estar e gera prosperidade na medida em que se reúnem condições para isso.

No final de janeiro, com a decisão do Copom de fixar a Selic em 15% ao ano, maior

patamar de 20 anos, e que perdura desde junho de 2025, a medida segue interferindo no funcionamento do sistema econômico, atingindo a capacidade de as empresas poderem vender e dos consumidores adquirir os produtos e serviços para mantêm sua qualidade de vida.

Consequentemente, o fluxo de bens e serviços segue num patamar inferior ao que poderia ser, os negócios permanecem em ritmo menor, o dinamismo da economia arrefece e com isso, espontaneamente, menos consumo, emprego,

renda e pagamento de impostos são gerados.

Aplicações financeiras rendem mais do que iniciativas produtivas

É certo de que o crescimento fica comprometido, assim como seus efeitos virtuosos. Nessas condições, quando mira o centro da inflação, o País retarda o processo de desenvolvimento e de diminuição das desigualdades.

Sem a mudança dos juros básicos, a escolha racional passa pelo aproveitamento das inúmeras taxas ofertadas pelo Tesouro, bancos e corretoras, em detrimento das atividades geradoras do fluxo real de bens e serviços. Com retornos estupendos, as aplicações podem render mais do que o suor despendido nas iniciativas produtivas.

Há tempos acompanha-se a política monetária ativa combinada com a política fiscal expansionista. Os resultados

vêm sendo juros altos, que elevam a dívida do governo, ao mesmo tempo em que gastos em excesso expandem a demanda do setor público, observada pelos déficits, pressionando a inflação.

Diante desse cenário meio turvo, se os juros altos dificultam vendas para segurar a inflação, as decisões com aumento da carga tributária atingem o setor produtivo em suas artérias, acarretando custo de produção maior, elevando preços, embarreirando investimentos.

Fácil de reconhecer, assim o sistema de produção e vendas precisa de mais fôlego para continuar funcionando, enquanto seus benefícios ficam postergados ou distantes.

Conclusão: no ambiente onde os juros reais são estratosféricos, conduzir uma empresa significa despendar energia em adição, porque na maior parte do tempo a situação conspira contra.

Aldo Gonçalves
é presidente do CDLRio e do SindilojasRio.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impresas







FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

A lenta agonia do dólar, segundo De Bolle

Até recentemente, não havia motivo para desconfiar de que o país emissor do dólar – os Estados Unidos – deixaria de cumprir o papel de fiador do sistema internacional. Já não é possível adotar essa premissa. Este motivo é destacado pela economista Monica De Bolle em análise sobre questões “que têm peso igual ou superior ao das políticas de cunho quase exclusivamente econômico” sobre o papel do dólar como moeda de reserva internacional.

No texto publicado em seu blog, De Bolle – professora da Johns Hopkins University, onde dirigiu o Latin American Studies and Emerging Markets, e pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics – lembra que preocupações com o dólar não são novidade. Mas desde que “Trump voltou à Casa Branca, inquietações sobre a sobrevivência do dólar como moeda de reserva internacional têm aumentado sistematicamente”.

“A higidez de moedas internacionais de reserva depende, por óbvio, de fatores econômicos, mas também de fundamentos políticos e geopolíticos. Moedas não se tornam internacionalmente aceitas sem que haja fortes motivos geopolíticos para adotá-las”, explica.

“O dólar se consolidou como a principal moeda de reserva internacional devido ao protagonismo político e econômico dos Estados Unidos, sobretudo no desenho e na articulação do sistema institucional erguido após a Segunda Guerra Mundial”, prossegue a análise.

A maior parte das discussões sobre o papel do dólar no mundo tende a se concentrar em temas econômicos. Mas a pesquisadora enumera questões de natureza política e geopolítica – a forma como é tratada a imigração e as investidas contra a Europa e a Otan, por exemplo – para destacar a velocidade com que questões de natureza política e geopolítica têm afetado as flutuações do dólar nos mercados internacionais.

“Que fique claro: não há substitutos ao dólar no mundo, ao menos por enquanto. É improvável que o dólar perca o status internacional em horizontes de tempo minimamente razoáveis (...) No entanto, o quadro parecido para uma redução, senão súbita, certamente paulatina, do papel do dólar como moeda de reserva internacional”, conclui De Bolle.

De dólar para yuan

O Quênia converteu uma dívida em dólares com a China em yuan, reduzindo o custo do empréstimo de 6% para 3%. O empréstimo foi usado para financiar um projeto ferroviário. Além disso, a China estendeu 2 dos prazos de vencimento para 15 anos, incluindo um período de carência de quatro anos. A dívida total do país africano com a China é inferior a US\$ 4,8 bilhões.

A conversão da dívida em yuans se enquadra na estratégia chinesa de negociar em moeda própria, fortalecer o yuan como reserva de valor global e minorar problemas de débitos dos países da África.

Rápidas

Grande parte das estratégias corporativas falha não por erros de planejamento, mas por dificuldades na implementação. Esse é o tema central do livro *Média gerência e estratégia na prática* (IVentura), de Manoel Lins Júnior, sócio da Auddas Consultoria Empresarial. O lançamento será nesta quinta-feira, na Rua das Olimpíadas 205, HUB do G4 Educação, às 18h, SP *** O Bangu Shopping retoma o projeto Samba da Chaminé neste domingo, com apresentação gratuita do grupo Choro de Manha a partir das 14h30.

Mercado livre de energia atende 95% do consumo da indústria

Número refere-se a empresas que estão na categoria alta tensão

O mercado livre de energia responde por 43% de toda a energia elétrica consumida no país – o número considera a carga total do Brasil, incluindo perdas. Entre as vantagens elencadas: estão a liberdade para escolher o tipo de energia, prazos, valores e fornecedores.

De acordo com a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), a adesão dos segmentos industrial e comercial ao mercado livre de energia elétrica continua em crescimento. Esse mercado atende 95% do consumo da indústria e 47% do comércio.

Os números são citados na atual edição do Boletim da Energia Livre, publicação da Abraceel que mostra o panorama mensal do mercado livre de energia no Brasil, elaborado com

base nos indicadores mais recentes divulgados por diversas instituições e consultorias.

Em novembro de 2025, 95% de toda a eletricidade consumida pelas indústrias brasileiras foi contratada no ambiente competitivo, contra 93% no mesmo mês do ano anterior. No caso do comércio brasileiro, 47% de toda a eletricidade consumida em novembro foi obtida no mercado livre de energia, contra 41% um ano antes.

A Abraceel informa que os números da participação do consumo de energia elétrica da indústria e do comércio no mercado livre referem-se a empresas que a recebem em alta tensão. As que recebem eletricidade em baixa tensão poderão, de acordo com a Lei 15.269/2025 acessar o mercado livre em até 24 meses após a sanção da lei.

BNDES: R\$ 280 milhões para a WEG construir fábrica em Itajaí

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou financiamento no valor de R\$ 280 milhões para a WEG (empresa global de equipamentos eletroeletrônicos) reformar uma planta e construir, em Itajaí (SC), a “maior e mais moderna fábrica de sistemas de armazenamento de energia em bateria (bess, sigla em inglês) do Brasil”. O financiamento é no âmbito do programa BNDES Mais Inovação. A informação é que as obras iniciarão em breve, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2027.

Os sistemas de armazenamento têm o potencial de regularizar o fornecimento e armazenar a energia produzida por fontes renováveis, como a fotovoltaica e a eólica. Segundo o BNDES, este é o primeiro projeto contratado no âmbito da Chamada Pública para Seleção de Planos de Negócio para Investimentos na Transformação de Minerais Estratégicos para Transição Energética e Descarbonização - Ação Conjunta de Fomento BNDES – Finep. A nova unidade deve criar 90 novos postos de trabalho.

“Este projeto tem importância estratégica para o Brasil. É mais um passo importante na agenda de descarbonização, ao contribuir para reforçar a segurança energética, ampliar a resiliência da rede elétrica e a expansão das fontes renováveis.”, afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

“Com esse passo, a

“Sanccionada em novembro de 2025, a Lei 15.269/2025 beneficiará cerca de 6 milhões de pequenos comércios e 400 mil pequenas indústrias que consomem energia em baixa tensão”, conforme estudo realizado pela Abraceel em 2024.

Em novembro de 2025, o mercado livre de energia registrou 82.958 unidades consumidoras, 21.547 novas unidades consumidoras em 12 meses, um crescimento acumulado de 35%. São Paulo é a unidade da federação com a maior quantidade de unidades consumidas de energia no mercado livre (26.215), seguido pelo Rio Grande do Sul (7.567) e Paraná (7.428).

Próximos passos

Este ano, a Abraceel passará a exercer funções

WEG amplia a sua oferta de soluções de alto valor agregado, desenvolvidas e fabricadas no Brasil, e contribui para o avanço da segurança energética e resiliência do nosso grid”, explica o presidente da empresa, Alberto Kuba.

Bess

Os sistemas de armazenamento de energia em bateria (Bess) servem para guardar energia elétrica e liberá-la quando necessário. Com isso, eles podem ajudar a estabilizar as redes elétricas. Isso é especialmente importante com o aumento do uso de fontes renováveis. Em momentos de menor consumo, esses sistemas podem armazenar a energia que não foi usada para liberá-la quando for necessária. Outro emprego

de monitorar comportamentos e indicadores de seus integrantes, atividades que serão complementares à regulação exercida pelos órgãos de governança setorial. Rodrigo Ferreira, presidente-executivo da Abraceel, disse recentemente que a estrutura de autorregulação da associação vai funcionar em complemento à regulação exercida por órgãos da governança setorial, como Aneel e CCEE, e vai elevar o grau de segurança no mercado de comercialização de energia elétrica ao combater comportamentos e práticas inadequados.

“As empresas que decidirem ficar de fora terão de explicar para parceiros e clientes as razões para não se submeterem às regras dos códigos de ética e autorregulação e à supervisão de indicadores”, explicou.

é evitar interrupção no fornecimento.

Os sistemas são formados por módulos, que reúnem várias células de baterias, o menor meio de armazenamento. O tipo de célula mais comum nesses sistemas são as de íon-lítio. Isso deve ao fato de serem a solução com maior densidade de energia por quilo, vida útil e eficiência. Contudo, em função da aplicação, podem ser usadas células que empregam outras tecnologias – chumbo-ácido, sódio-enxofre, fluxo e níquel-cádmio.

A WEG explica que as células de baterias utilizadas podem ainda ser novas ou de segunda vida, porém a WEG só vai utilizar novas (grau A). Porém, há o interesse em se estudar a viabilidade técnica de reutilizar células.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0001-59

Aviso de Leilão - Leilão: APLBP07-26. Data: 26 DE FEVEREIRO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Geilson Almeida, matrícula 287 da JUCERJA, **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.). A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico. **www.aplleiloes.com.br.**

Aviso de Leilão - Leilão: APLBP08-26. Data: 03 DE MARÇO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Geilson Almeida, matrícula 287 da JUCERJA, **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.). A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico. **www.aplleiloes.com.br.**

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

FAÇANHA LEILÕES
CRISTINA FAÇANHA - Leiloeira Pública
LEILÃO JUDICIAL
Oportunidade Única
2 APARTAMENTOS EM NOVA IGUAÇU – RJ
Av. Ministro Lafayette de Andrade nº 1683 bl: 02
apts: 1204 e 806.
(LANCES NO 2º LEILÃO À PARTIR DE R\$ 65.000,00)
O leilão será realizado na modalidade online através do site:
www.facanhaleiloes.com.br
MAIORES INFORMAÇÕES
www.facanhaleiloes.com.br
TEL: (21) 2721-3828/ 99846-3397

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ Nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 08 DE JANEIRO DE 2026., às 11h00, Instalada a reunião de diretoria e após o exame e a discussão da matéria constante da ordem do dia, os Diretores presentes deliberaram e aprovaram por unanimidade e sem ressalva: (i) **A reclassificação do CNAE 4292-8/01** (Montagem de estruturas metálicas) **para atividade secundária na filial** da Companhia localizada na Rua Olympio Teixeira Guimaraes, nº 60, Estoril, CEP: 30.494-380, Belo Horizonte-MG, inscrita no CNPJ nº **18.593.815/0024-83;** (ii) **A inclusão do CNAE 8211-3/00 (Serviços combinados de escritório e apoio administrativo),** na filial da Companhia localizada na Rua Olympio Teixeira Guimaraes, nº 60, Estoril, CEP: 30.494-380, Belo Horizonte-MG, inscrita no CNPJ nº **18.593.815/0024-83, como atividade principal. Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/.** Jucerja nº 7512721, em 19/01/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

REGISTRO
GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

NOTA FECOMÉRCIO RJ - A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ) saúda com entusiasmo a decisão anunciada, nesta terça-feira, pelo Governo Federal, em conjunto com o prefeito Eduardo Paes, de revogar a medida que flexibilizava o limite de passageiros no Aeroporto Santos Dumont. A rigor, a importância de um planejamento estratégico e integrado do SDU e GIG é vital para a expansão do fluxo aéreo no Rio de Janeiro. Há muito tempo, a Fecomércio RJ tem defendido a manutenção dos limites operacionais no Santos Dumont, baseada em evidências técnicas e no interesse público. A política de equilíbrio - de acordo com a vocação de cada sítio aeroportuário - tem proporcionado crescimento significativo no movimento de passageiros no Galeão, com resultados positivos para a conectividade nacional e internacional do Rio de Janeiro. A Fecomércio RJ reafirma seu compromisso com o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro e permanece à disposição para contribuir com políticas públicas estruturantes que fortaleçam a competitividade e a geração de oportunidades no setor aéreo e no ecossistema produtivo como um todo.

FLAVIO MITIDIERI – O gastroenterologista, endoscopista bariátrico e diretor da Endodiagnostic, Flavio Mitidieri Ramos, recebeu uma das mais importantes distinções internacionais da sua área: o título de Fellow of the American Society for Gastrointestinal Endoscopy (FASGE), concedido pela American Society for Gastrointestinal Endoscopy (ASGE), dos Estados Unidos. Diferente de associações comuns, o grau de “Fellow” exige uma avaliação curricular rigorosa e premia a liderança e a contribuição educacional no setor. Flavio agora figura ao lado dos maiores nomes da endoscopia digestiva mundial, reforçando o papel do Brasil como exportador de conhecimento médico de alta performance.

VALIOS CAPITAL - A Valios Capital, empresa fundada por imigrantes brasileiros nos EUA há 15 anos, cresceu mais de 300% em 2025, inaugurou operações na Carolina do Norte, expandiu bases no Texas, Flórida e Arizona, e deu início à sua entrada na Europa. A companhia já educou centenas de brasileiros a investir nos Estados Unidos, adquiriu áreas para o desenvolvimento de condomínios e está estruturando sua futura entrada na bolsa de valores americana. A primeira etapa da expansão já está em andamento com estudo de viabilidade para aquisição de propriedades em Portugal e na Suíça, modelo de captação europeu seguindo padrões internacionais e planejamento para um hub europeu de investidores brasileiros. www.valioscapital.com.br

CurtaENEM - O CurtaENEM anunciou seu calendário de 2026 com foco em levar o cinema para a sala de aula. O projeto oferece um catálogo gratuito de 300 filmes alinhados aos temas do ENEM e traz oportunidades exclusivas para educadores e alunos: Sua Aula no Cinema: Professores do RJ que participarem das formações podem ganhar R\$ 2 mil e uma sessão de cinema exclusiva para seus alunos (com transporte e lanche grátis). Prêmios Nacionais: Lançamento do Prêmio Professor-Autor (relatos de experiência) e o Prêmio Estudante CurtaENEM para a rede pública de todo o país. Conteúdo Digital: Nova web-série no YouTube ensinando a usar filmes para aumentar o repertório da Redação. A abertura oficial da programação ocorre no primeiro evento do ano, em março, que também inclui a premiação dos professores autores dos melhores relatos de uso do CurtaENEM em 2025. Mais informações: www.curtaenem.org.br

INSTITUTO BR - O Instituto Br realiza, nesta sexta-feira, às 17h, a entrega dos diplomas do Projeto Juntos e inaugura um novo espaço de formação no distrito de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo. O evento contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, reforçando a relevância da iniciativa para o território. O novo espaço vai abrigar 25 turmas, totalizando 500 vagas e 1.000 horas de atividades educativas voltadas à economia solidária. Os cursos incluem cooperativismo, associativismo, colaboração em rede, formalização de negócios e comunicação e marketing digital — todos com foco na geração de renda, inclusão social e fortalecimento de negócios locais. A iniciativa é fruto da parceria entre o Instituto Br e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ampliando oportunidades de formação para moradores da região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do território. Segundo o presidente do Instituto Br, Mardônio Barros, o projeto já formou dez turmas e seguirá com mais três ciclos porque o objetivo é expandir para todo o Brasil. O evento é gratuito e aberto ao público. O espaço fica na Av. Oliveira Freire, 1137 – Parque Paulistano.

Microcervejarias poderão contar com selo ‘Cervejaria Fluminense’

As microcervejarias do Estado do Rio poderão contar com o selo “Cervejaria Fluminense”, para atestar e informar ao consumidor final sobre a origem da cerveja e chope, como forma de estímulo ao consumo de produtos locais. É o que estabelece o Projeto de Lei 2.605/20, que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em primeira discussão, nesta quarta-feira. O texto ainda precisa passar por uma segunda votação na Casa.

A medida visa beneficiar empresas cuja produção anual de cerveja e chope não seja superior a 3 milhões de litros. Essas pequenas empresas devem elaborar cerveja ou chope a partir

de mosto, cujo extrato primitivo contenha no mínimo 90% de cereais maltados ou extrato de malte, conforme registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A concessão do selo ficará a cargo da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (Seappa) e dependerá de comprovação da origem estadual do produto, preenchimento de requisitos de qualidade e recolhimento de todos os tributos incidentes na cadeia produtiva, além de outros requisitos a serem determinados pela pasta. Os produtos deverão ostentar o selo de “Cervejaria Fluminense” em local visível e destacado. Além disso, o texto prevê que os

hipermercados, supermercados e estabelecimentos comerciais afins que vendam bebidas alcoólicas deverão dispor de gôndolas ou locais específicos para a comercialização dos produtos que possuam o selo. A autoria da proposta é dos deputados Rodrigo Amorim (União), Chico Machado (SDD), Delegado Carlos Augusto (PL), Jorge Felipe Neto (Avante), Giovani Ratinho (SDD), Sérgio Fernandes (PSD), Dionísio Lins (PP), Alexandre Knoploch (PL), Val Ceasa (PRD) e Franciane Motta (PODE); dos deputados licenciados Bruno Dauaire (União) e Gustavo Tutuca (PP); além dos ex-parlamentares Alexandre Freitas, Carlo Caiado, Gustavo Schmi-

dt, Renan Ferreirinha, Gil Vianna, Renato Cozzolino, Léo Vieira e Subtenente Bernardo.

“As microcervejarias são responsáveis diretas pelo desenvolvimento de novos negócios em diversas cidades, especialmente no interior do Estado. Além disso, fomentam outras atividades ligadas ao turismo, gastronomia e à hotelaria, especialmente em razão de eventos que são realizados periodicamente, com o objetivo de promover a atividade. É de suma importância fortalecer a economia estadual por meio de incentivo à aquisição de produtos cuja cadeia produtiva esteja localizada no Rio”, afirmou um dos autores da medida, o deputado Rodrigo Amorim.

Sem reajuste, teto do Simples e do MEI trava crescimento das micros

O teto de faturamento do Simples Nacional e do MEI está congelado há quase uma década – uma estagnação que, segundo o SIMPI Nacional, associação civil da Assimpi (Associação Nacional dos SIMPIs), está sufocando a capacidade de crescimento dos MEIs, micro e pequenas empresas brasileiras. Para a entidade, é urgente que o Congresso Nacional aprove o reajuste dos limites, especialmente frente à inflação acumulada e à realidade econômica do setor.

Hoje, o limite para permanência no Simples é de R\$ 4,8 milhões anuais,

enquanto o teto do MEI permanece em R\$ 81 mil. “Esses valores são absolutamente defasados. A inflação dos últimos oito anos já corroeu boa parte da margem de operação dessas empresas, que agora são punidas por crescer”, afirma Joseph Couri, presidente do SIMPI Nacional.

Outro problema ainda mais grave, segundo a organização, é o chamado sublimite estadual: em diversos estados, como São Paulo, o limite para permanência no Simples em relação ao ICMS é ainda menor, de R\$ 3,6 milhões. Isso obriga pequenas empresas a saírem do regime simplificado

antes mesmo de atingirem o teto nacional, sendo empurradas para regimes mais caros como o Lucro Presumido. “O Simples se tornou uma armadilha: se a empresa cresce, perde os benefícios e é penalizada com carga tributária mais pesada. Não é estímulo ao empreendedorismo, é punição ao sucesso”, critica Couri.

O SIMPI Nacional destaca que, além da pressão inflacionária, as empresas enfrentam a alta de custos operacionais e retração do consumo. “Muitas das que ultrapassam o teto de R\$ 4,8 milhões são obrigadas a arcar com tributos adicionais de até 26%, o que compro-

mete empregos e investimentos”, reforça o dirigente.

A instituição também manifesta preocupação com a lentidão do Congresso em votar o PLP 108/21, que propõe o reajuste dos limites do Simples para R\$ 8,4 milhões e do MEI para R\$ 144.913,00. Apesar do apoio de entidades empresariais, a proposta segue travada.

“Não se trata apenas de números. Cada dia sem reajuste significa menos competitividade, menos empregos e mais informalidade. O Congresso precisa entender que essa é uma pauta de sobrevivência para milhões de pequenos negócios”, conclui Couri.

Reajuste do Minha Casa deve ampliar acesso ao financiamento

O governo federal trabalha na atualização das faixas de renda do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em um movimento que busca corrigir distorções acumuladas nos últimos meses e ampliar o acesso ao financiamento habitacional. A revisão ocorre após o aumento do teto dos valores dos imóveis enquadrados no programa, especialmente na Faixa 2, além do reajuste do salário-mínimo, fatores que pressionaram os limites atuais de renda.

Entre as principais mudanças em discussão está a elevação do teto da Faixa 1, hoje em R\$ 2.850, para um valor próximo de R\$ 3.200. A Faixa 2 também deve ter o limite reajustado, passando de R\$ 4.700 para cerca de R\$ 5.000. A expectativa é que todas as faixas sejam revisadas, com anúncio oficial nos próximos meses.

Criado como a princi-

pal política habitacional do país, o Minha Casa, Minha Vida organiza o acesso ao crédito por faixas de renda que definem subsídios, taxas de juros e condições de financiamento. Como responde por grande parte das contratações imobiliárias no Brasil, ajustes no programa costumam gerar impacto direto no mercado e na construção civil.

Para o especialista em financiamento imobiliário Murilo Arjona, o reajuste das faixas tornou-se inevitável após mudanças recentes nas regras do próprio programa. “Da mesma forma que houve aumento no teto dos valores dos imóveis da Faixa 2, principalmente em novembro e dezembro, o aumento do teto de renda passa a ser necessário. Caso contrário, você amplia o valor do imóvel, mas restringe quem pode financiar”, explica.

Segundo Arjona, o reajuste do salário-mínimo

também contribuiu para a defasagem das faixas. “Muitas famílias ultrapassaram o limite de renda apenas por conta do reajuste salarial, sem que isso representasse um ganho real de poder de compra. Isso cria um descompasso entre renda, preço do imóvel e acesso ao crédito”, afirma.

Atualmente, o Minha Casa, Minha Vida atende famílias com renda bruta mensal de até R\$ 12 mil, distribuídas em quatro faixas. As duas primeiras concentram o maior volume de contratações, justamente por oferecerem subsídios mais relevantes e juros reduzidos. A expectativa do setor é que o reajuste amplie o número de famílias novamente enquadradas nessas categorias.

Para o especialista, o impacto prático tende a ser rápido. “Quando o teto do imóvel sobe e a renda não acompanha, o mercado trava. Ajustar as faixas destrava

operações, permite novos lançamentos e devolve previsibilidade tanto para quem compra quanto para quem constrói”, avalia Arjona.

Outro ponto observado é o amadurecimento da Faixa 4, voltada à renda média. Embora ainda em fase de adaptação, ela deve ganhar relevância ao longo do próximo ciclo, desde que as faixas estejam bem calibradas e evitem exclusões involuntárias.

Do ponto de vista da política habitacional, a atualização busca recompor o público-alvo original do programa, ampliar o acesso ao crédito e estimular a cadeia da construção civil. Para Murilo Arjona, a medida vai além de um simples ajuste numérico. “Não é só aumentar renda ou valor de imóvel. É manter o programa funcional e conectado à realidade do mercado. Quando isso não acontece, o crédito existe, mas a contratação não flui”, conclui.



MONTEIRO
ARANHA S.A.

CNPJ n.º 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2026. A Administração da Monteiro Aranha S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101 - parte, Leblon, CEP: 22430-060, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.102.476/0001-92, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE n.º 33.3.0010861-1 ("Companhia") vem, na forma da Lei n.º 6.404/1976, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 12 de fevereiro de 2026, às 9h, exclusivamente presencial na sede social da Companhia, com a seguinte ordem do dia: (i) a realização de resgate compulsório, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei 6.404/1976, de ações em circulação remanescentes ("Ações Remanescentes") ("Resgate Compulsório"); (ii) o cancelamento da totalidade das Ações Remanescentes adquiridas no âmbito de Resgate Compulsório, sem modificação do valor do capital social, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (iii) a consolidação do Estatuto Social. Para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar os seguintes documentos ("Documentação"): (i) Acionistas Pessoas Físicas: cópia digitalizada ou física do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida); (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia digitalizada ou física: (ii.a) do último estatuto ou contrato social consolidado e registrado; (ii.b) da documentação societária registrada outorgando poderes de representação legal do acionista (como ata de eleição do administrador que comparecerá à Assembleia e/ou procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica); e (ii.c) documento de identificação com foto dos representantes legais; e (iii) Fundos de Investimento: cópia digitalizada ou física: (iii.a) do último regulamento consolidado do fundo; (iii.b) do estatuto ou contrato social consolidado e registrado de seu administrador ou gestor, conforme o caso; (iii.c) da documentação societária de seu administrador ou gestor, conforme o caso, outorgando poderes de representação (como ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii.d) documento de identificação com foto dos representantes legais. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas devidamente reconhecidas, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Além disso, deve ser enviada cópia do comprovante de identidade do mandatário, sendo certo que, nos termos do artigo 126, §1º da Lei 6.404/1976 e da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituído financeira; e (b) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil. Procurações e atos societários oriundos do exterior deverão ser encaminhados para a Companhia juntamente com a respectiva notariação, consularização ou apostilamento, traduzidos na forma juramentada e registrada em cartório de títulos e documentos. No caso de documentos emitidos por países signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos de 1961 ("Convenção da Apostila"), a legalização diplomática ou consular deverá ser mandatoriamente substituída pela aposição de apostila, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 228/2016, conforme alterada. Caso o país emissor não seja signatário da Convenção da Apostila, os documentos expedidos no exterior devem ser legalizados em consulado brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado, e devidamente registrados. Para melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita o envio da documentação necessária para participação na Assembleia com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis em relação à data da Assembleia, ou seja, até 10 de fevereiro de 2026 (inclusive), aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, por meio do endereço de e-mail ri@monteiroaranha.com.br, ou para a sede da Companhia situada na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101 - parte, Leblon, CEP: 22430-060, Rio de Janeiro, RJ. Os documentos e informações relativos às matérias da ordem do dia da Assembleia, incluindo o Aviso aos Acionistas com detalhes sobre o Resgate Compulsório, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e no seu site (www.monteiroaranha.com.br). Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2026. **Monteiro Aranha S.A.** Roberto Duque Estrada de Sousa - Presidente do Conselho de Administração.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO DE PREGÃO - AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS - PE - RP Nº 006/2025.

TIPO: Menor Preço Por Lote

OBJETO: Registro de preços para a prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização corporativas, no menor custo variável, com franquia global mensal, por meio do fornecimento de EDS ou específicos, contemplando instalação, parametrização, configuração e integração do software de Controle de Acesso, fornecimento de insumos, peças e consumíveis (exceto papel), suporte técnico e manutenção de equipamento e dos sistemas, atendimento técnico presencial composto por manutenção (preventiva e corretiva), monitoramento contínuo de disponibilidade dos equipamentos e serviços e garantia técnica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO POR LOTE:
LOTE I: R\$ 92.155.912,50 (noventa e dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil novecentos e doze reais e cinquenta centavos)
LOTE II: R\$ 1.440.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta mil reais)
LOTE III: R\$ 5.125.164,00 (cinco milhões, cento e vinte e cinco mil cento e sessenta e quatro reais)

DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/02/2026, às 10h50.
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/02/2026, às 11h00.
LOCAL: www.compras.rj.gov.br.
PROCESSO SEI Nº SEI-430002/000055/2024

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirido mediante opagamento da importância de R\$ 15,00 (quinze reais), na Rua da Conceição, nº 69, 24º andar, Centro, RJ, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, a favor do Estado do Rio de Janeiro, no site: www.fazenda.rj.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção de Centro Esportivo no Município de Queimados/RJ - Projeto Modelo espaço esportivo comunitário tipo B Programa de aceleração do Crescimento (PAC) Ministério do Esporte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, na Estrada das Piabas, bairro Jardim Vista Alegre. ADMINISTRATIVO: 8796/2025-E. RETIRADA DO EDITAL: <https://transparencia.queimados.rj.gov.br/?serv=121> ou no Paço Municipal, à Rua Mário Pati Jr, nº. 164-338, sala de Licitações - Fanchen, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de 01 (uma) RESMA DE PAPELA4 e carimbo do CNPJ da Empresa. DATA / HORA: 19/02/2026 às 10:00 horas.

Filipe Martins Silva
Agente de Contratação

FAÇANHA LEILÕES

CRISTINA FAÇANHA - Leiloeira Pública

LEILÃO JUDICIAL

OPORTUNIDADE ÚNICA

APARTAMENTO NO LEBLON – 150 M2

Av. Ataulfo de Paiva nº 983 – apt: 601

(LANCES NO 2º LEILÃO À PARTIR DE R\$1.890.000,00)

O leilão será realizado na modalidade online através do site:

www.facanhaleiloes.com.br

MAIORES INFORMAÇÕES

www.facanhaleiloes.com.br

TEL: (21) 2721-3828/ 99846-3397

nexos.ai: o que faz, como funciona, segurança e observabilidade

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a nexos.ai com Mikas Stankevičius, gerente de produto da plataforma que reúne diversas soluções de IA (inteligência artificial). A conversa foi realizada em Vilnius, capital da Lituânia.

O que faz a nexos.ai? A nexos.ai está criando uma plataforma de IA completa para todas as necessidades de um profissional do conhecimento. Nós estamos trabalhando tanto em funcionalidades de chat baseadas em IA quanto em soluções de orquestração de agentes.

Como funciona a nexos.ai? A nexos.ai possui vários blocos de construção, com várias ferramentas integradas, sendo que o que realmente importa é a experiência de chat. Ela também tem outros recursos importantes, como trabalhar com o conhecimento interno da empresa para usá-lo como fonte de informação para o LLM (Large Language Models) de forma a que ele possa gerar respostas qualitativas para os seus funcionários. Além disso, nós investimos fortemente em capacidades de agentes.

Nós começamos com aplicações de IA muito simples, como um chat básico, e evoluímos para aplicações mais avançadas, como agentes e fluxos de trabalho, focando, cada vez mais, na automação. Além disso, oferecemos recursos para a comunidade de desenvolvedores, como APIs para que eles possam criar seus produtos. Por exemplo, existem muitos produtos que utilizam a nexos.ai de forma invisível por meio de APIs, tanto na família Tesonet (incubadora e investidora de startups fundada na Lituânia em 2008) quanto externamente.

Em muitos casos, a nexos.ai é mais barata, pois ela é uma única solução. Como ela é um pacote completo, o cliente obtém tudo o que precisa, em vez de ficar contratando vários fornecedores diferentes. Como nesse mercado, que é enorme, todo mundo está criando algo, sempre há necessidade de se ter uma solução específica, o que pode aumentar os custos para as empresas caso eles não sejam controlados. O objetivo não é apenas reunir



Mikas Stankevičius

tudo em um só lugar, mas fazer com que tudo seja útil em um só lugar.

Em termos de configuração, o cliente faz uma configuração, e as informações são compartilhadas para toda a empresa. Por exemplo, se a empresa coloca os seus documentos internos na nexos.ai, diferentes equipes podem acessá-los e usá-los, sem que seja necessário replicar a mesma configuração repetidamente.

Agora, se os dados estiverem corrompidos ou não estiverem corretos, a empresa não vai obter bons resultados com as metodologias de machine learning, mas se ela prepará-los, ela só vai precisar fazer isso uma vez para que todas as suas equipes utilizem a nexos.ai.

A nexos.ai opera com modelos proprietários?

Não, nós não temos nenhum modelo proprietário, e sim os modelos de IA aberta mais recentes, como os modelos do Google, antropomórficos e xAI. Nós também temos alguns dos melhores modelos de código aberto, como o Qwen e o Deep Seek mais recentes. Basicamente, nós temos todos os benchmarks abertos na nexos.ai.

Com isso, você pode selecionar qualquer tipo de modelo e começar a interagir com ele, não sendo necessário comprar licenças em vários lugares. Por exemplo, uma empresa vê apenas uma coisa, sendo que por detrás dela existem várias inteligências artificiais. Assim, a pessoa pode selecionar o modelo que desejar, mas também existe a função de seleção automática, pois muitas pessoas dizem que se viram

bem com qualquer modelo. Para isso, basta apenas escrever a consulta.

Se a consulta for complexa ou criativa, a pessoa vai precisar de modelos de raciocínio que pensem por mais tempo, mas se a consulta for mais simples, a plataforma vai selecionar um modelo mais simples que responde instantaneamente.

Como surgiu a nexos.ai?

A nexos.ai surgiu como um simples chat em um slack channel. Isso porque quando as empresas do Tesonet Group começaram a usar IA de forma mais intensa, em 2024, elas se depararam com problemas específicos, como a falta de observabilidade e de controle de orçamento. Quando elas começaram a desenvolver diversas soluções para isso, nós começamos a pensar em como poderíamos criar uma solução que poderia ser transformada em produto. Quando tomamos essa decisão, os investidores começaram a bater à porta.

Como a nexos.ai escolhe os seus produtos?

Nós incorporamos a plataforma o que faz sentido. É por isso que estamos investindo pesado em agentes e fluxos de trabalho. Nós estamos saindo da IA estática, onde simplesmente se faz uma pergunta e se recebe uma resposta, para uma IA de automação, onde agentes recebem uma tarefa, entram em ação utilizando diversas ferramentas e retornam com um relatório em alguns minutos.

Quais são os mercados que a nexos.ai está mirando?

Principalmente a Europa, mas também os Estados Unidos. Isso porque, como somos daqui, nós vamos começar a expandir por aqui.

Como fica a questão da segurança na nexos.ai?

A plataforma é bastante robusta em termos de segurança. Ela possui guardrails que não permitem que as informações pessoais sejam vazadas, pois como elas são redigidas em trânsito, elas não são enviadas para os servidores de LLM. Isso é interessante para os clientes que trabalham com informações internas

Nós também fornecemos total observabilidade do que está realmente acontecendo com a IA, especialmente os agentes, já que eles executam várias etapas e podem se tornar, em muitos casos, bastante imprevisíveis. Como eles não são determinísticos, nós criamos limites para eles, mas o importante é que o cliente veja todo o fluxo e tenha toda a observabilidade do que aconteceu. Isso porque os agentes precisam ser melhorados e alinhados ao que a empresa realmente precisa.

Por exemplo, se você quer enviar um e-mail, provavelmente não será necessário ler todo o código para descobrir que tipo de e-mail precisa ser enviado. É por isso que é importante ver o que realmente está acontecendo nos bastidores, e não apenas obter o resultado.

A segurança e a observabilidade completa são importantes, pois as LLMs funcionam como caixas fechadas, e as plataformas não oferecem uma observabilidade muito boa. É isso que queremos mudar.

KARLA BEAUTY COSMETICOS LTDA – 11.482.415/0001-65 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias - SMMA, através do processo nº 019/000242/2022, Licença Ambiental Municipal de Operação Nº 008/2026 com validade até 13 de janeiro de 2031, para Fabricação de cosméticos, produtos e perfumaria e de higiene pessoal na Avenida Almeida Garret nº 2051, Quadra 29, Lote 12, Capivari, Duque de Caxias – RJ.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
O COMITE BRASILEIRO DO ESPORTE MASTER - CBEM, inscrito no CNPJ nº **12.666.740/0001-40**, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de **Organização da Sociedade Civil (OSC)** interessada em celebrar **Termo de Colaboração** cujo objeto será a execução do **Master Games Brasil**. A finalidade deste Chamamento é selecionar propostas para a celebração de parceria com o CBEM, por meio de Termo de Colaboração, visando à consecução de finalidade de interesse público e recíproco, que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil, conforme as condições estabelecidas no Edital. O Edital completo está disponível no site **cbem.org.br** e pode ser solicitado pelo e-mail **cbem@cbem.org.br**.

Mercado financeiro começa a ajustar estratégias à maior longevidade

Pessoas com 60 anos ou mais quase dobrou entre 2000 e 2023

“O único segmento da população brasileira que continuará crescendo é o de 60 anos ou mais”, afirma Alexandre Kalache, presidente do Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC BR).

Diante desse panorama, o mercado financeiro precisará ajustar estratégias: com a criação de produtos de previdência mais flexíveis, aumento de aportes em saúde e tecnologia, revisão de planejamentos financeiros para períodos mais longos de aposentadoria, entre outras ações.

“A proporção de pessoas com 60 anos ou mais quase dobrou entre 2000 (8,7%) e 2023 (15,6%), e deve atingir 37,8% da população até 2070. A idade média da população também subiu de 28,3 anos em 2000 para 35,5 em 2023. A previsão é alcançar 48,4 em 2070”, informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O tema longevidade é objeto de uma nova pesquisa, já em curso, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) que

irá sinalizar como o mercado financeiro se prepara para o envelhecimento da população.

Segundo a Anbima, a pesquisa é direcionada a profissionais das instituições associadas, especialmente àqueles que atuam em áreas estratégicas relacionadas ao tema da longevidade, como recursos humanos, produtos financeiros e gestão de riscos.

“A longevidade deixou de ser uma tendência futura e passou a influenciar decisões estratégicas do mercado hoje. Buscamos

identificar tendências e como as instituições estão se adaptando a essa nova realidade”, afirmou Zeca Doherty, diretor-executivo da associação.

O objetivo da pesquisa é reunir diferentes visões do mercado para apoiar a reflexão sobre os rumos desse novo cenário. “Os resultados vão servir de base para aprofundar o debate ao longo de 2026, contribuindo para a discussão sobre bem-estar e segurança financeira em uma sociedade cada vez mais longeva”.

Amil e Geap Saúde aderem ao Agora Tem Especialistas

Participação dos hospitais privados no Agora Tem Especialistas avança no Brasil. Depois de três grandes grupos abrirem suas portas para os pacientes do SUS, a Amil e a Geap Saúde – que estão entre os maiores do país – ampliarão a realização de cirurgias de média e alta complexidade para a rede pública de saúde, sem custo para a população beneficiada.

Com o reforço dos grupos, que, nesta quarta-feira, oficializaram suas adesões ao programa do governo federal, o SUS passa a ofertar R\$ 200 milhões em atendimentos pela rede privada, que equivalem a cerca de 85 mil cirurgias e exames a mais para a população brasileira.

“Essas adesões têm um peso muito importante,

porque a Amil e a Geap vão realizar cirurgias que muitas vezes há muita dificuldade de fazer no SUS, pela estrutura e pelo tamanho da fila, como mastectomia, angioplastia e cirurgia de catarata. Isso vai trazer muitos benefícios para os pacientes da rede pública aqui no Rio de Janeiro. Em todo o Brasil, nós já temos 300 hospitais querendo aderir ao Agora Tem Especialistas. O Ministério está avaliando 200 propostas e trabalhando para incorporar pelo menos R\$ 1 bilhão a mais de cirurgias, procedimentos e consultas especializadas nesse ano no SUS para atender quem está há tanto tempo nas filas de espera”, celebra o ministro Padilha.

Para reduzir o tempo de espera na rede pública, o Grupo Amil realizará, em um ano, 1 mil cirurgias de

alta complexidade. A expectativa é, com essa participação, gerar créditos financeiros para pagamento de tributos federais futuros equivalentes a mais de R\$ 4 milhões. Serão beneficiadas pessoas que aguardavam cuidados nas áreas de oncologia, cardiologia e cirurgia geral. Elas serão atendidas na cidade do Rio de Janeiro e em outros municípios do estado, encaminhadas pelas secretarias municipal e estadual de saúde.

Neste primeiro momento, os pacientes da rede pública serão atendidos pela Amil no Hospital Pasteur, localizado no Méier. Em uma segunda etapa, no Hospital Pan-Americano, na Tijuca; e no Hospital de Clínicas, em Jacarepaguá. Nessas unidades privadas, os pacientes da rede pública serão submetidos a pelo

menos quatro procedimentos : mastectomias simples, para tratamento de câncer de mama ; angioplastias em enxerto coronariano com implante de stent , procedimento cardiovascular minimamente invasivo para restaurar o fluxo sanguíneo para o coração; colecistectomias, para remoção da vesícula biliar; e hernioplastias umbilicais, para correção de hérnia umbilical.

Já a Geap Saúde atenderá, inicialmente, a população do SUS que mora em Niterói (RJ) e região no Instituto Brasileir o de Assistência e Pesquisa (Ibap Oftalmologia) . Serão 360 cirurgias por ano especializadas em oftalmologia, com tecnologia de ponta e equipamentos ultramodernos, totalizando R\$ 1,2 milhão em atendimento para a rede pública.

MPF pede bloqueio de R\$ 1,2 bi da Vale por vazamento em Congonhas

O Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão da mineradora Vale, em duas ações ligadas a vazamentos de água e sedimentos ocorridos em janeiro nas minas de Viga e Fábrica, ambas na cidade mineira de Congonhas. Os pedidos foram feitos em duas ações, uma para cada mina. No caso da mina de Fábrica, o bloqueio pedido foi de R\$ 1 bilhão, sendo os outros R\$ 200 milhões referentes ao acidente na mina de Viga.

Os vazamentos atingiram cursos d’água responsáveis por alimentar o rio Paraopeba, causando assoreamento de córregos e danos à vegetação, argumenta o MPF nas ações. A quantia

bloqueada diz respeito a danos a serem reparados.

Para o MPF, houve “falha no controle da operação de estruturas de contenção de efluentes da mina”. De acordo com a acusação, reservatórios que deveriam servir para o controle do fluxo de água não possuíam sistemas de drenagem capazes de suportar chuvas fortes, contrariando as obrigações da mineradora na prevenção de extravasamentos.

“Além disso, a mineradora não comunicou o fato imediatamente às autoridades, o que contraria deveres legais de transparência e dificulta a resposta da Defesa Civil”, informou o MPF, em nota. Os procuradores pediram, ainda, que a Vale seja obrigada a contratar

uma auditoria técnica independente para acompanhar as obras necessárias para garantir a segurança das minas.

O MPF também quer que a mineradora produza rapidamente um relatório completo sobre a situação de estruturas semelhantes em todas as suas minas no estado de Minas Gerais. Procurada, a Vale informou que “tomou conhecimento da ação do Ministério Público Federal referente ao extravasamento ocorrido na mina de Viga, em Congonhas. A empresa já se manifestou nos autos e apresentará oportunamente a sua defesa dentro do prazo legal”.

Os vazamentos nas minas de Viga e Fábrica, que ficam a cerca de 22 km uma

da outra, ocorreram entre os dias 25 e 26 de janeiro. No caso do rompimento de uma cava da mina de Fábrica, o material atravessou o dique Freitas e seguiu carregando sedimentos e rejeitos de mineração, provocando impactos ambientais, mas sem vítimas. Houve vazamento de 263 mil metros cúbicos de água turva que continha minério e outros materiais do processo de beneficiamento mineral.

O material levado pelo vazamento chegou a atingir uma área de outra mineradora - a CSN - provocando danos materiais. Depois, essa lama chegou ao rio Goia-beiras, que atravessa parte da área urbana da cidade, antes de se encontrar com o rio Maranhão, já na área central de Congonhas.

Sicredi: R\$ 2,5 bi em crédito para o Show Rural Coopavel 2026

O Sicredi marca presença na 38ª edição do Show Rural Coopavel, de 9 a 13 de fevereiro de 2026, em Cascavel (PR). Considerada uma das maiores vitrines do agronegócio da América Latina, a feira deve reunir cerca de 600 expositores e mais de 360 mil visitantes ao longo dos cinco dias. Instituição financeira privada que mais concede crédito rural no Brasil, a carteira de crédito agro do Sicredi alcançou R\$ 117,9 bilhões em novembro de 2025. Esse valor é 12,6% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

O volume de recursos disponível para este ano é reflexo das boas previsões da safra atual e do compromisso histórico da instituição financeira cooperativa com o fortalecimento do agronegócio paranaense e brasileiro, setor que gera renda e empregos, movimenta negócios e sustenta milhões de famílias.

Com o conceito “Sicredi no Show Rural, o agro acontece aqui”, a instituição evidencia sua atuação em uma cadeia que vai muito além do campo, conectando produção, indústria, logística, tecnologia, engenharia, comércio, educação e serviços — do campo à mesa da população.

Em 2025, o Sicredi encerrou sua participação no Show Rural Coopavel com mais de R\$ 697 milhões em negócios gerados. Desse total, foram R\$ 395 milhões em crédito e R\$ 302 milhões em consórcios, números que refletem a confiança dos produtores em um cenário de crescimento da produção agrícola e de investimentos contínuos no setor. “Para este ano, a expectativa é que os negócios fechados superem esses números. O cenário no agro vem de uma safra com perspectivas de boas colheitas, o que aquece o mercado. Estamos preparados para atender a diferentes necessidades do produtor e da melhor forma possível”, explica o gerente de desenvolvimento de negócios da Central Sicredi PR/SP/RJ, Gilson Farias.

O Sicredi vai oferecer no Show Rural diferentes linhas de recursos e taxas variadas, além de prazos de até 8 anos para pagamento. Entre elas, linhas do BNDES, como Pronamp, Inovagro, Moderfrota e Pronaf, além de recursos próprios equalizados e livres. Para o produtor que pode guardar a troca do maquinário e da tecnologia, o consórcio tem tudo para ser mais uma vez um dos destaques, com uma ação especial que oferece desconto de 30% na taxa de administração – que já é uma das mais baixas entre todas as administradoras do mercado nacional. Os consórcios do Sicredi permitem aos produtores a troca ou

aquisição de tratores, utilitários, drones agrícolas, caminhões, entre outros bens e serviços para aumentar a produtividade no campo.

Agronegócio

No Paraná, a cadeia produtiva do agro é particularmente importante: o agronegócio é o carro-chefe da economia, responsável por cerca de 36% do PIB estadual em 2025, segundo a Secretaria da Fazenda. Em âmbito nacional, o setor empregou mais de 28 milhões de pessoas em 2024, o equivalente a 26,02% das ocupações do país, conforme dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Com 490 agências no estado, o Sicredi é a maior instituição financeira do Paraná em rede de atendimentos, e seus 1,5 milhão de associados configuram cerca de 13% de toda a população paranaense. No Brasil, a instituição soma mais de 3 mil agências e se aproxima de 10 milhões de associados.

O crescimento no volume de negócios estimado pelo Sicredi no Show Rural Coopavel deste ano acompanha um cenário mais amplo de expansão do agronegócio paranaense na safra de verão de 2026. De acordo com o boletim de janeiro do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Governo do Paraná, o estado pode colher cerca de 25,9 milhões de toneladas, impulsionado principalmente pela soja, cuja produção deve ultrapassar 22 milhões de toneladas, mesmo com ritmo de colheita mais lento em algumas regiões em função das chuvas. O milho também apresenta perspectivas positivas, tanto na primeira safra quanto no avanço do plantio da segunda safra, contribuindo para o volume total do ciclo.

“A presença no Show Rural Coopavel é um ambiente estratégico para o Sicredi, onde o relacionamento próximo se transforma em soluções concretas e em desenvolvimento sustentável para toda a cadeia do agronegócio”, afirma Gilson Farias. Para a edição de 2026, mais de 150 colaboradores da instituição financeira cooperativa estarão mobilizados para o evento, com foco no relacionamento próximo com produtores, cooperativas de produção e revendas de maquinário agrícola. Ao participar de mais uma edição da feira, o Sicredi reafirma seu papel no financiamento do agronegócio, apoiando produtores rurais com soluções que vão do crédito às opções de seguro, fortalecendo a economia regional e o cooperativismo no campo.